



UNIVERSIDADE DO MINHO  
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

*Digitalizado por FCLB*

Exm<sup>o</sup>.Sr.  
Dr.Pinto Machado  
Av.Boavista,4319  
4100 PORTO

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

Assunto

- 428

25. SET. 1979

6176

Junto envio a V.Exa. uma fotocópia do ofício recentemente enviado ao Sr.Arqt<sup>o</sup>.Menêres relativo ao problema da expansão das instalações hospitalares de Braga.

Com os melhores cumprimentos.

O Director da Unidade

Francisco J.S.Alves



UNIVERSIDADE DO MINHO  
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

*Digitalizado por FCLB*

Exm<sup>o</sup>.Sr.  
Arquitecto António Menéres  
Rua Lima Júnior, 82  
4200 PORTO

| Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência | Data          |
|----------------|--------------------|------------------|---------------|
| Assunto        |                    | 427              | 25. SET. 1979 |

Teve V.Exa. a amabilidade de me enviar uma cópia da comunicação enviada ao Ex.m<sup>o</sup> Snr. Presidente da Câmara Municipal de Braga a 22 de Agosto de 1979, relativa a uma reunião havida a 17 de Agosto p.p. onde foram debatidos assuntos relativos à futura construção de instalações hospitalares em terrenos de manifesta importância arqueológica.

Neste sentido, antes de mais devo exprimir a minha admiração pelo facto de esta importante reunião ter sido efectuada sem a participação da parte arqueológica e do Grupo de Apoio Técnico para Desbloqueamento da Zona Arqueológica de Braga, atendendo ao facto de se estar perante um problema, que exprime um caso-limite de necessidade de planeamento antecipado e de conjugação de esforços por parte de várias entidades de reconhecido interesse público.

Esta falta flagrante, que V.a Ex.a teve de resto o mérito de sublinhar impõe desde logo uma pronta tomada de posição a fim de poderem ser desencadeadas a tempo, as acções que forem julgadas necessárias para o desbloqueamento da situação deste projecto social de indiscutível importância.

Com efeito, a solução deste caso - tal como o de outros análogos, dependerá antes de mais do planeamento antecipado das acções a empreender, com a necessária definição de objectivos e metas, o que no caso específico da arqueologia, supõe uma bastante grande dependência do factor meteorológico, dado que é extremamente difícil e pouco rentável intervir fora dos meses do bom tempo ( mais ou menos de Maio a Setembro em Braga, senão menos ).

Finalmente, cumpre-nos salientar o facto de que o " deixar correr " a situação nestes casos, poderá vir a suscitar graves problemas a nível local - o mais evidente sendo o de o Campo Arqueológico poder vir a ser acusado de bloqueio de um importante projecto social, vindo a assumir todo o odioso da situação - não faltando decerto nesse momento, forças interessadas em " queimar " definitivamente - e neste caso mesmo directamente perante a população em geral, o projecto do Campo Arqueológico de Braga.

Neste sentido embora já conhecidas, passo a referir novamente algumas bases axiomáticas da direcção do Campo Arqueológico de Braga face a situações deste tipo.

- Embora basicamente caiba ao governo a definição de qual o tipo de arqueologia que deseja ver praticada em Braga, a identidade genérica de todas as situações deste tipo reduz-se no plano operacional à necessidade de verificar sempre, com a maior antecipação possível, a natureza do sub-solo na área restrita ameaçada.

- Esta condição supõe a existência de meios adequados ao fim em vista e portanto a sua definição quantitativa e qualitativa dependerá das variáveis espaço-tempo disponíveis,

já que a rapidez de uma intervenção arqueológica varia com o volume do trabalho a realizar e com o tempo disponível (já sem falar na sua variação conforme a natureza do achado).

- É portanto definindo com antecipação estas variáveis que se viabiliza um projecto de desbloqueamento arqueológico - urbanístico, ao mesmo tempo que devem ser procurados os meios financeiros que permitam recrutar os elementos de uma equipa, cujo dimensionamento é condicionado pelas variáveis atrás referidas.

- Este aspecto assume particular relevo visto que o Campo Arqueológico de Braga ao longo de três anos de existência, tem passado por grandes vicissitudes - tanto institucionais como orçamentais - que lhe têm impedido de dispôr de uma equipa permanente para intervenções deste tipo. Com efeito o Campo Arqueológico de Braga tem conseguido apenas manter de modo extremamente precário uma equipa de enquadramento técnico-cientificamente apta à execução das tarefas deste tipo específico de actividade, mas não dispôr sequer, em 1979, mercê das instabilidades governativas e orçamentais, de meios suficientes para poder realizar campanhas de escavações sistemáticas, como nos anos anteriores, correndo mesmo o risco de não poder sequer manter a referida equipa técnica (ela própria já muito reduzida), no segundo semestre de 1979.

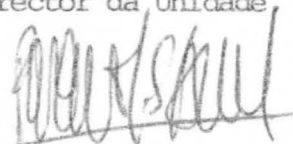
- Neste sentido assume particular relêvo todo o planeamento antecipado de actividades, na medida em que se torna necessário, para cada projecto, elaborar um orçamento e traduzi-lo a curto prazo em meios financeiros disponíveis.

- Finalmente importa referir, que os resultados finais destas missões escapam à tutela do Campo Arqueológico de Braga. Com efeito será então o Governo, ouvida certamente a Secretaria de Estado da Cultura, a pronunciar-se sobre a importância dos resultados atingidos e sobre a solução a dar a cada situação.

Mais uma vez se sublinha que o meio mais económico para resolver situações deste tipo para um Governo e / ou uma autarquia, é apoiar e viabilizar uma actividade deste género, que desbloqueia situações e salvaguarda o património e não deixar tudo correr, para que no fim, acesa e extremada a situação, se contraponha a saúde pública à cultura e que seja esta a ser destruída em benefício daquela.

Com os melhores cumprimentos,

O Director da Unidade



Francisco J.S. Alves

P.S. - Para qualquer esboço prévio de planeamento de actuação importaria obter uma planta com áreas alternativas de expansão ( no que respeita ao anexo hospitalar ), a fim de se efectuar uma estimativa do volume de trabalho e o respectivo orçamento.

- Na sequência do nosso recente encontro junto envio em anexo planta com indicação da zona citada e de menor interesse arqueológico ( grande espessura de entulhos com estruturas pouco significativas )

Com conhecimento a:

- Presidente da Câmara Municipal de Braga
- Presidente do G.A.T.D.S.Z.A.B.
- Reitor da Universidade do Minho
- Professor Pinto Machado
- Direcção Geral do Património Cultural
- Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural



Exm<sup>o</sup>. Senhor  
Director da Unidade de Arqueologia da  
Universidade do Minho  
A/c. do Palácio dos Biscainhos  
4700 - BRAGA

ASSUNTO: Plano Urbanístico para a protecção da  
Zona Arqueológica de Maximinos

Para os devidos efeitos e fins convenientes junto se envia a V. Ex<sup>ma</sup>.,  
cópia da comunicação dirigida nesta mesma data ao Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da  
Câmara Municipal de Braga.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atenciosamente

**António Menéres**  
Planeamento e Arquitectura, Lda.  
A Gerência

Porto, 22 de Agosto de 1979  
AM/MM

*Transmitido  
Telefones Menéres a 1979  
1979/A*

Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Braga  
4700 - BRAGA

ASSUNTO: Plano de Integração Urbanística da  
zona Arqueológica de Maximinos

Conforme convocação em devido tempo solicitada telefónicamente por um elemento responsável da Comissão Instaladora do Hospital de S. Marcos de Braga, foi efectuada no passado dia 17, nas instalações do Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística dessa Câmara, uma reunião de trabalho que contou com a presença dos Exm<sup>as</sup> Senhores Eng<sup>as</sup>. Eduardo Caetano do Grupo de Programas de Hospitais, Arqt<sup>as</sup>. Augusto Lopes Galvão da Direcção Geral de Construções Hospitalares, Dr. Franqueira e Eng<sup>as</sup>. Lino Mesquita Machado do Corpo Administrativo do Hospital de S. Marcos, bem como dos Dr.<sup>s</sup> Sá Meneses, Rocina Peixoto e António Alvarez Ribeiro do respectivo Corpo Clínico, além dos Arqt<sup>as</sup>. Jorge Corais, em representação dessa Câmara e António Menéres e Francisco Lima em representação deste gabinete.

Foi constatada a ausência de qualquer elemento do Grupo de Apoio Técnico para desbloqueamento da situação, na zona arqueológica de Braga e do Campo Arqueológico da Universidade do Minho, bem como do arqt<sup>as</sup>. M. Fernandes de Sá, responsável pelo Plano Director da Cidade.

Estas ausências são, em nosso entender de assinalar, dada a importância desta reunião e a correspondente necessidade duma ampla troca de impressões, por forma a definir com a indispensável clareza, os respectivos pontos de vista e as consequentes posições perante o Plano Director do Hospital de S. Marcos.

A reunião foi iniciada pelo Senhor Eng<sup>as</sup>. Eduardo Caetano que fez uma exposição sucinta das necessidades globais da expansão deste Hospital na sua actual localização e inseridas ainda no apoio que deverá possibilitar nos dias

...

pitais de Barcelos, Guimarães e Vila Verde.

O Senhor arq<sup>to</sup>. Calvão, representante da U.G.C.M., apresentou as sugestões de alguns n.ºs referentes ao projectado bloco de internamento e alertou sobre os condicionamentos de articulação indispensáveis, no nível de ligação, quer quanto ao acesso de urgência, quer quanto à ligação ao actual conjunto hospitalar.

Dada a ausência dos representantes dos sectores de acção anteriormente referidos, cujas chegadas suriam, sem dúvida, de maior oportunidade, o signatário começou por explicar a sua presença como responsável pela elaboração do Plano de Integração Urbanística (e por contrato celebrado com essa Câmara) e referir as suas próprias preocupações, sob o ponto de vista duma salvaguarda do património arqueológico — presumivelmente existente no sub-solo da zona onde se insere o plano citado em epigrafe — face às necessidades de expansão propostas pelo Plano Director do Hospital de S. Marcos.

Neste sentido referia que em condições óptimas de defesa do Campo Arqueológico, seria de desafectar todo este sector de novas propostas de construção e mesmo, prepôr a demolição de algumas existentes.

Isto, a par como é óbvio, das propostas que venham a ser julgadas convenientes incluir no Plano em causa, como remate das zonas já edificadas e cuja concretização não apresente inconvenientes para o espólio arqueológico — após o reconhecimento da respectiva localização — o que até ao momento presente ainda não foi possível concretizar por dificuldades certamente de peso e que evidentemente caberá aos responsáveis pelo Campo Arqueológico apresentar.

Citou ainda a existência da Fonte do Lado, monumento religioso de grau de importância, localizado a sudeste desta zona e a previsão dum concurso público de arquitectura para a resolução do remate da rua dos Cranjinhos, considerando justamente a necessidade de melhorar o aspecto das "fraseiras" dos edifícios existentes no lado poente da Avenida da Liberdade.

Muito embora considere de extrema importância a urgente resolução da ampliação dos serviços hospitalares da cidade, não deixou de referir a sua preocupação perante a implantação dum edifício de cerca de 130 metros de comprimento neste local, face as indicações de prospecção efectuada pelo Centro de Reconhecimento Geográficas de Curdy em 1977, nomeadamente nas zonas assinaladas A (a poente dos terrenos do Hospital de S. Marcos) e B (a sudeste dos mesmos terrenos) no relatório apresentado por esse Centro.





...

Em conformidade foi julgado oportuno solicitar, através da C.A.B., a apresentação dum relatório a elaborar no prazo de 60 dias ao já referido Camp. Arqueológico sobre este assunto e que inclua obrigatoriamente os elementos gráficos indispensáveis para uma próxima análise por parte do Grupo de Programas de Hospitais e da Direcção Geral das Construções Hospitalares, de modo a permitir uma proposta definitiva da mancha de ocupação do edifício em causa.

Independentemente deste problema, cuja melhor atenção por parte de V. Ex.<sup>a</sup> se solicita com o maior interesse, foi igualmente referido no decurso da reunião já citada, as restantes necessidades, nomeadamente lavandaria central (cerca de 1000 m<sup>2</sup> de área coberta) e instalações para recolha de veículos e oficinas (cerca de 400 a 500 m<sup>2</sup> de área coberta).

Assim, julga-se conveniente propor uma metodologia de trabalho, considerando os seguintes pontos prévios:

- 1.<sup>a</sup> - A zona arqueológica de Braga constitui, pelo seu alto valor, um património cultural de interesse nacional e europeu, como se afirma no Decreto n.<sup>o</sup> 640/76 de 30 de Julho de 1976.
- 2.<sup>a</sup> - As medidas de protecção legalmente estabelecidas visam muito concretamente "pôr termo à acção de degradação do seu património, permitindo o incremento dos trabalhos arqueológicos em um plano de urbanização adequado à complexidade do problema suscitados pelo local", como aponta o Decreto n.<sup>o</sup> 99 - A/77 de 30 de Julho de 1977.
- 3.<sup>a</sup> - Respeitar os perímetros de protecção fixados para o Palácio do Raio (D.G. 2.<sup>a</sup> série, n.<sup>o</sup> 105, de 5 de Maio de 1970) e Fonte do Ídolo, (D.G., 2.<sup>a</sup> série, n.<sup>o</sup> 105 de Maio de 1970).
- 4.<sup>a</sup> - Suspender, ou em alternativa rever as linhas programáticas da proposta com curso de arquitectura para a resolução do remate da rua dos Granjinhos.
- 5.<sup>a</sup> - Considerar a importância cultural da fixação romana, como testemunha da vida colectiva da bracara Augusta, ainda existente no sub-solo da zona demarcada, e que desejavelmente se deve inserir no itinerário vivo dos nossos dias.
- 6.<sup>a</sup> - Ponderar sobre a importância dessa mensagem sócio-cultural, cuja celebração do seu segundo milénio de fundação, foi recentemente proposto, para realização a médio prazo, perante iniciativas que, a par da sua real importância, como é o caso presente, estarão sem dúvida, já ultrapassadas no final deste século.



...

Assim julga-se conveniente fazer circular entre todos os intervenientes já citados os documentos seguintes, antecipando uma nova reunião que, em nosso entender se deverá produzir no decurso de Novembro p.f.:

- a) Relatório da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho sobre o assunto acima versado,
- b) Informação Oficial da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho sobre a zona a incluir no Plano, em face do actual desenvolvimento das escavações (memorial de 22.3.79).
- c) Informação oficial do Grupo de Apoio Técnico para desbloqueamento da situação da zona arqueológica de Braga, sobre a posição actual das instâncias governamentais. (memorial de 22.3.79).

Aguardando antecipadamente os bons ofícios de V. Ex<sup>sa</sup>., apresentamos os nossos mais respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente

António Menéres  
Planeamento e Arquitectura, Lda.  
A. Menéres

Porto, 22 de Agosto de 1979

AM/MM

c/cópia C.A.F.S.Z.A.M.

U.A.U.M.

C.P.H.

D.G.C.H.